

Título / Title: **Os leitores do *Espelho de Cristina*: um recorte das cortes / The readers of *Espelho de Cristina*: a clip of the courts**

Autor(es) / Author(s): **Ana Luisa Sonsino**

Afiliação principal / Primary Affiliation (Research Center, Faculty or Department, University, Postcode, City, Country): **Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1600-214, Lisboa, Portugal (Bolsa FCT desde 2017 – SFRH/BD/131612/2017)**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7718-6737>

Email Institucional / Institutional email: [asonsino@campus.ul.pt](mailto:asonsino@campus.ul.pt)

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Direc. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: IEM. Disponível em: [http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/\[...\]](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/[...])

ISSN: 1646-740X

**Data recepção do artigo / Received for publication: 31-05-2018**

**Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 07-12-2018**

**Versão revista pela autora a 08-2019 / Reviewed by the Author Aug 2019**

## Resumo

Em 1405, Christine de Pisan redigiu um tratado didático de grande sucesso na época: o *Livre des Trois Vertus*. Posteriormente, entre 1428 e 1455, o texto foi traduzido para português e, em 1518, a obra foi impressa em Lisboa por ordem de D. Leonor, com o título *Espelho de Cristina*.

O presente artigo recolhe, de forma sucinta, as particularidades dos contextos social, histórico e político tanto da França de inícios do século XV – onde nasce a obra – como de Portugal na altura da sua tradução e posterior impressão, assim como as características e o laço existente entre as cortes de ambos os países. Tentar-se-á ainda identificar qual era o público-alvo previsto em cada caso, com o intuito de encontrar um elo de ligação entre estes elementos e as alterações que o texto sofreu no decorrer da sua transmissão.

**Palavras-chave:** Christine de Pisan, *Livre des trois vertus*, *Espelho de Cristina*, tradução medieval, transmissão textual

## Abstract

In 1405, Christine de Pisan wrote a book of instruction that reached great success at the time: the *Livre des Trois Vertus*. Later, between 1428-1455, the text was translated into Portuguese and, in 1518, queen D. Leonor ordered its printing in Lisbon with the title *Espelho de Cristina*.

The present article briefly summarizes the particularities of the social, historical and political contexts of France from the beginning of the fifteenth century – where the work is born – and of Portugal at the time of its translation and subsequent printing, as well as the characteristics and the ties between the courts of both countries. It also aims to identify the target audience foreseen in each case, in order to find a link between these elements and the changes that the text suffered in the course of its transmission.

**Keywords:** Christine de Pisan, *Livre des trois vertus*, *Espelho de Cristina*, medieval translation, textual transmission



## **Os leitores do *Espelho de Cristina*: um recorte das cortes / The readers of *Espelho de Cristina*: a clip of the courts**

*Ana Luísa Sonsino*

### **Introdução**

O que pode levar um filólogo a aventurar-se no estudo da vida quotidiana nas cortes medievais? Élide Lois afirma que “[l]a materialidad y la operatoria de la escritura están atravesadas de historicidad y nunca podrán ser auténticamente interpretadas sin dar cuenta de esa condición”<sup>1</sup>. Segundo esta autora, embora não se possa dizer que a génese de um texto seja “una función mecánica de procesos históricos o de condicionamientos ideológicos (...) tampoco puede dejar de señalarse la existencia de campos de interacción entre lo literario y lo social (...)”<sup>2</sup>. Por outro lado, é aceitável considerar que, da mesma maneira que a génese de um texto está intimamente relacionada com diversos factores sócio-históricos, também o estarão as traduções que dele se façam. Com efeito, Tobias Brandenberger assegura que, se nos focássemos nos

tiempos en los que la asequibilidad de libros fuera de las zonas de su difusión original estaba aún sumamente condicionada por el simple hecho de que fueran traducidos y circularan de ese modo en territorios alófonos, se nos plantearían

---

<sup>1</sup> LOIS, Élide – “La crítica genética: un marco teórico sobre la disciplina, objetivos y método”. *Creneida* [Em linha] 2 (2014), pp. 57-78 [Consultado a 10 de Julho de 2017]. Disponível em <http://www.creneida.com/revista/creneida-2-2014/la-cr%C3%ADtica-gen%C3%A9tica-un-marco-te%C3%B3rico-sobre-la-disciplina-objetivos-y-m%C3%A9todos-%C3%A9lide-lois/>, p. 76.

<sup>2</sup> LOIS, Élide – “La crítica genética”, pp. 76-77.

diversas preguntas relacionadas, a la vez, con los receptores (...) y con las condiciones (...) de la traducción<sup>3</sup>.

Isto é, perguntas que têm a ver com a influência que diversos factores históricos e sociais tiveram no aparecimento de uma determinada tradução de uma obra.

Nos inícios do século XV, mais precisamente em 1405, Christine de Pisan dedicou o *Livre des Trois Vertus*, o primeiro livro escrito para mulheres por uma mulher, à princesa Margarida de Borgonha. Algumas décadas depois, entre 1428 e 1455, o texto foi traduzido para português por ordem ou de Isabel de Borgonha ou de Isabel de Avis<sup>4</sup> e, passados mais sessenta e três anos, em 1518, esta obra de carácter didáctico saíra dos prelos da oficina de Hermão de Campos, também em versão portuguesa, por ordem da então já *rainha velha* D. Leonor.

O que é que teria Christine de Pisan a dizer às mulheres portuguesas que, através desta iniciativa da rainha, entrariam em contacto com o texto do agora chamado *Espelho de Cristina*, passado pouco mais de um século de ele ter sido redigido? Talvez a resposta a esta pergunta possa começar a ser vislumbrada ao estudarmos e compararmos alguns aspectos da França que viu nascer a obra com os do Portugal em que aparece a sua primeira edição impressa em português.

Ao longo da intensa pesquisa bibliográfica realizada, tornou-se evidente que não era a primeira nem a única a fazer perguntas a tradução (traduções?<sup>5</sup>) desta obra de Christine de Pisan: Tobias Brandenberger, em 2001, questionou-a acerca do público a que estaria dirigida e, ainda, sobre a possibilidade de este mesmo público ter estado na origem das alterações que o texto-base sofreu ao ser vertido para português na altura da sua impressão<sup>6</sup>. Anteriormente, em 1999, Ivone Leal interrogou o texto do manuscrito acerca da importância que ele poderia ter para os leitores, às portas do século XXI,

---

<sup>3</sup> BRANDENBERGER, Tobias – “Una traducción bajomedieval y su público: notas acerca del *Espelho de Cristina* (Lisboa, 1518)”. in MARTÍNEZ ROMERO, Tomás; RECIO, Roxana (Eds.) – *Essays on Medieval Translation in the Iberian Peninsula*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2001, pp. 75-94, p. 75.

<sup>4</sup> CRISPIM, Maria de Lourdes – “Introdução”. in PIZAN, Christine de – *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*. CRISPIM, Maria de Lourdes (ed.). Lisboa: Editorial Caminho, 2002, pp. 15-37, pp. 31-37.

<sup>5</sup> Abordarei esta questão na p. 14 e seguintes.

<sup>6</sup> BRANDENBERGER, Tobias – “Una traducción...”, p. 75.

quando o original tinha sido escrito em França em inícios do século XV para as mulheres de então<sup>7</sup>. Ambos obtiveram parte da resposta no próprio texto de Christine e parte na análise sócio-histórica do espaço/tempo da produção tanto do original como das suas versões portuguesas, o que permite supor que o caminho escolhido para encontrar a resposta à pergunta antes formulada parece poder efectivamente conduzir-nos a ela. Começamos então a percorrê-lo.

## I. O texto (original) em contexto:

### Christine, a França da sua época e o seu público leitor

Para poder dar um contexto acabado à produção escrita de Christine de Pisan em geral, e ao *Livro das Tres Vertudes* (1405) em particular, não se pode senão começar com um relato biográfico, ainda que sucinto. Isto porque, se o percurso de vida de um autor influencia sempre a sua obra, no caso da nossa autora tal não acontece de forma inconsciente nem tenta evitar-se. Muito comprometida com a sua época, Christine não apenas impregnava a sua obra com as suas emoções, ideologias e ideais, mas, ainda, relatava nela experiências vividas na primeira pessoa<sup>8</sup>. Contudo, o surgimento de um texto e a sua transmissão não dependem apenas das vivências da pessoa que o cria mas, ainda, do contexto histórico em que nasce e do seu público (tanto aquele a que estava destinado, como aquele que efectivamente irá lê-lo). Assim sendo, apresentarei um resumo que, não pretendendo ser exaustivo, permite no entanto as características principais deste público e das suas circunstâncias.

---

<sup>7</sup> LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano e todo o universo de mulheres*. Coleção *Cadernos da condição feminina* 52. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, 1999, p. 9.

<sup>8</sup> “Cristina es una presencia fuerte en todos sus escritos. Los autores pueden escribir en primera o en tercera persona, en este último caso, tomando cierta distancia – aunque sea sólo convencionalmente – de la acción. Ella usa la primera persona e interviene reiteradamente con el famoso moi, Christine para asegurarse de que todos sepan – sepamos – que es su opinión y su experiencia la que anota, o bien indicando, a propósito de algún episodio especialmente significativo, que lo vimos con nuestros propios ojos”. HOMET, Raquel – “Espacios femeninos en la pluma de Christine de Pizan. El Libro de las tres virtudes o Tesoro de la Ciudad de las Damas”. Comunicação apresentada no IV Congreso Internacional de Estudios Medievales - VI Encuentro de Estudios Medievales, San Juan, Argentina, 2015, pp. 3-4. Disponível em [https://www.academia.edu/28949169/ESPACIOS\\_FEMENINOS\\_EN\\_LA\\_PLUMA\\_DE\\_CHRISTINE\\_DE\\_PIZAN](https://www.academia.edu/28949169/ESPACIOS_FEMENINOS_EN_LA_PLUMA_DE_CHRISTINE_DE_PIZAN)

## Christine

Nascida em Veneza em 1364, filha de Tommaso da Pizzano e da filha do anatomista Tommaso de Mondino<sup>9</sup>, teria entre três e quatro anos quando, com a família, se mudou para Paris, onde o seu pai morava havia já algum tempo<sup>10</sup>. Médico e astrólogo, Thomas de Pisan (como passou a ser conhecido) era então físico e conselheiro científico do rei Carlos V, que o tinha em alta estima. A partir desse momento, Christine cresceu no ambiente da corte parisiense, pois “el rey mandó que la hija de su físico participara en todas las fiestas y divertimientos de la corte compatibles con su tierna edad y fuera educada como una princesa”<sup>11</sup>. Assim, pôde frequentar a magnífica biblioteca régia que acabara de ser instalada no palácio do Louvre, além de receber do próprio pai – a figura de maior peso na vida de Christine nesta área – uma educação bastante invulgar para uma mulher dessa época. De facto, foi o pai quem insistiu para que a filha fosse instruída em francês, latim e italiano, enquanto a sua mãe era contrária a que recebesse este tipo de formação, preferindo que aprendesse a fiar, costurar e bordar – entre outros afazeres próprios das mulheres da sua condição, o que levou a que não aprofundasse os seus estudos tanto quanto teria gostado.

Aos quinze anos casou com Étienne du Castel, um nobre – notário de profissão – nove anos mais velho que ela, que acabara de ser nomeado secretário do rei. Étienne, sendo ele próprio um intelectual, incentivou Christine a prosseguir cultivando-se após o matrimónio. Tiveram um casamento feliz que se prolongou por dez anos, ao longo dos

<sup>9</sup> É de notar que o nome da mãe de Christine não é conhecido.

<sup>10</sup> María-Milagros Rivera Garretas refere que a autora tinha três anos na altura da mudança, enquanto Marie-José Lemarchand indica que Christine “[a]penas tendría cuatro años” aquando da sua chegada a França. Por sua vez, Eliana Carrara, que vai reconstruindo o percurso de vida da escritora resgatando as passagens autobiográficas da sua obra, não estabelece a idade com que emigrou, mas cita documentos que provam que Tommaso de Pizzano teria estado em Veneza pelo menos até Setembro de 1364 e, ainda, uma passagem em que Christine afirma que, antes de ela e a sua família terem viajado para se reunirem com o seu pai, este estaria a morar na corte francesa há cerca de três anos. Cf. RIVERA GARRETAS, María-Milagros – “Christine de Pizan: La utopía de un espacio separado”. in RIVERA GARRETAS, María-Milagros – *Textos y espacios de mujeres (Europa, siglos IV-XV)*. Barcelona: Karia, 1999, p. 182; LEMARCHAND, Marie-José – “Introducción”. in PISAN, Christine – *La Ciudad de las Damas*. Ed., tradução e introdução de Marie-José Lemarchand. 2ª ed. Madrid: Ediciones Siruela, 2001, p. 11 e CARRARA, Eliana – “Christine de Pizan. Biografía di una donna di lettere del XV secolo”. *Quaderni medievali* 29 (1990), p. 67.

<sup>11</sup> LEMARCHAND, Marie-José – “Introducción”. in PISAN, Christine – *La Ciudad de las Damas*. Ed., tradução e introdução de Marie-José Lemarchand. 2ª ed. Madrid: Ediciones Siruela, 2001, pp. 11-56, p.11.

quais nasceram os seus três filhos, uma menina e dois meninos, tendo o mais novo morrido ainda muito pequeno.

Contudo, a sorte de Christine começaria a mudar cada vez mais depressa, e não para melhor, no próprio ano em que casou. Com efeito, foi nessa altura que morreram primeiro a rainha Joana de Bourbon, algum tempo depois o condestável Bertrand du Guesclin e, por último, o próprio rei Carlos V, em Setembro de 1380, acontecimento que se converteu numa baliza temporal de grande importância na vida da família de Christine (e não só). A partir da morte do rei, a posição de Thomas de Pisan na corte mudou radicalmente: tanto ele como a sua obra foram questionados, perdendo prestígio, e o seu ordenado foi primeiro reduzido e depois pago irregularmente, o que fez com que, na altura da sua morte (em finais de 1387), estivesse seriamente endividado. Todavia, Christine e a sua família puderam continuar a manter um certo nível de vida graças ao cargo de secretário real do seu marido. Porém, o destino não demoraria a tirar-lhe o que lhe restava: no outono de 1389, enquanto se encontrava a acompanhar o rei Carlos VI numa missão oficial, Étienne morre de peste em Beauvais.

Sozinha com três filhos, a mãe viúva e ainda uma sobrinha que lhe deixara um dos seus dois irmãos para que a casasse (ambos voltaram para Itália, depois de a desgraça se abater sobre a família, para tratar de assuntos ligados à sucessão, acabando por não mais regressar a França), Christine ficou a cargo de toda a administração familiar, tarefa que tinha sido sempre desempenhada pelos defuntos pai e marido. Foi então que descobriu que o rei devia ao seu marido não apenas os honorários habituais, mas também outros pagamentos em atraso, que se apercebeu de que o departamento financeiro real não lhe reconhecia a propriedade sobre um bem adquirido pelo marido pouco antes da sua morte, e, ainda, que foi enganada por um comerciante que lhe roubou o dote dos filhos. Assim se inicia um período que se transformaria num verdadeiro calvário legal para ela, marcado pelo sacrifício, pela humilhação e pelos pleitos, nos quais nunca seria bem representada e em que acabaria por perder, em termos económicos, mais do que, graças a eles, recuperara. É, portanto, no meio da dor pela perda dos homens a quem tanto amava e da aflição económica a que foi submetida em virtude das injustiças legais que, com frequência, sofriam as viúvas naquela época, que Christine começa o processo a que ela própria descreveria como de metamorfose. No decorrer desta profunda mudança

interior, que na narrativa da autora aparece relatada como a sua transformação «em homem», pelas características de personalidade e comportamento que teve de adquirir, passou da fragilidade extrema de uma viúva muito nova à solidez de uma mulher capaz de sustentar a mãe, os dois filhos que sobreviveram e a sobrinha.

Ao longo desta década conturbada, após recuperar alguma riqueza com a venda de uma das propriedades herdadas do pai e superar um período bastante prolongado de doença, Christine começa a escrever. Primeiro, fê-lo como uma maneira de aliviar a sua aflição pela perda do marido e, mais tarde, por volta de 1399 (ano em que ela própria situa o início do seu percurso como escritora profissional), começou a procurar mecenas que a apoiassem para poder fazer da escrita a sua profissão, abrangendo na sua obra um leque de temáticas e géneros muito mais vasto e complexo do que as baladas de amor com que começara anos atrás. Trabalhou ainda como copista de manuscritos (o que lhe teria permitido, além de ganhar dinheiro, aumentar a própria biblioteca) e, ao que parece, chegou a ter uma pequena oficina para desenvolver esta actividade junto dos seus colaboradores.

Quanto às crianças que ficaram sob sua custódia, Marie, a sua filha, entrou na abadia de Poissy em 1397, enquanto Jean, o filho supérstite, foi enviado para a Inglaterra, em 1399, para ser educado na corte de Ricardo II, sob a tutela do conde de Salisbury e, mais tarde, ficou ao serviço do duque de Borgonha, Filipe, o Audaz. Em 1406, Christine conseguiu ainda que o duque de Borgonha, João sem Medo, oferecesse o dote para que a sua sobrinha pudesse casar.

A fortuna de Christine mudaria outra vez por volta de 1400, altura em que produziu as primeiras obras que a tornariam famosa e conhecida para além das cortes francesas. Já em 1399, com o seu poema “Épitre au dieu d’Amour”, começou a mostrar a sua preocupação com a imagem da mulher que estava a tornar-se aceite na sociedade francesa da época. Pouco depois, a sua posição ficará completamente assente aquando da sua intervenção na querela do *Romance da Rosa*, ao que parece o primeiro debate literário francês de que há notícia<sup>12</sup>. O *Romance*, escrito inicialmente por Guillaume de

---

<sup>12</sup> Cf. RIVERA GARRETAS, María-Milagros – “Christine de Pizan: La utopía...”, p. 184.

Lorris c. 1236, era um poema de amor cortês que grangeou enorme êxito na Europa da época, apesar de ter ficado inacabado. Meio século mais tarde, a escrita do poema é retomada por Jean de Meun, que, deitando mão a uma sátira extremamente misógina, subverte o sentido original da obra, transformando-a num arrazoado hostil ao amor, ao matrimónio e a tudo o que estivesse relacionado com a mulher. Em 1401, Jean de Montreuil, secretário de estado e preboste de Lille, compôs um breve tratado elogiando o acrescento de Jean de Meun, difundindo ambos pelos círculos literários parisienses. Foi em resposta a este tratado que Christine redigiu a primeira das várias cartas que viria a escrever no decurso de um debate que acabara de começar e que se prolongaria até Jean Gerson, chanceler da Universidade de Paris, encerrar a disputa em 1402. Apesar das agressões e da desqualificação de que foi objecto durante esse período, Christine teve nesta querela literária a possibilidade de ser conhecida por um público mais alargado e aumentar os seus contactos com outros intelectuais. Iniciou assim a sua batalha literária em defesa da mulher, em torno da qual centraria uma parte importante da sua obra, que termina com *Le ditié a Jehanne d'Arc*, em 1429. Entre Dezembro de 1404 e Abril de 1405 escreveu o *Livre de la cité des dames*, uma ginocotopia que é, a um tempo, uma genealogia das mulheres e um discurso em sua defesa. Logo a seguir, entre a primavera e o mês de Novembro do mesmo ano<sup>13</sup>, compôs a primeira obra didáctica para mulheres escrita por uma mulher, o *Livre des trois vertus*, que imaginou multiplicada e difundida pelo mundo fora, alcançando as mulheres de todas as condições sociais<sup>14</sup>. Este segundo livro era uma espécie de guia a seguir para que qualquer mulher pudesse aceder à Cidade das Damas, a cidadela onde a misoginia imperante na época não as poderia atingir nem magoar.

Em 1416, a sorte mudaria novamente, mas desta vez não apenas para Christine: toda a França se viu envolvida numa crise política e social. Os distúrbios, sangrentos e numerosos, levaram a que a família de Christine saísse de Paris. Por volta de 1418, Jean, seu filho, partiu para o exílio acompanhado da mulher e de três filhos pequenos;

---

<sup>13</sup> Cf. CARRARA, Eliana – “Christine de Pizan. Biografia di una donna...”, p. 77.

<sup>14</sup> Cf. LEMARCHAND, Marie-José – “Introducción”, p. 56.

ao passo que Christine se reuniu com a filha em Poissy, onde acabaria os seus dias cerca de 1430<sup>15</sup>.

## França

Com a Guerra dos Cem Anos como pano de fundo, Christine vai começar o seu percurso como escritora numa das fases mais turbulentas da história de França. Com efeito, após a morte de Carlos V começa um período de grande instabilidade política, uma vez que, em vez de respeitarem a vontade do rei acabado de falecer, os tios do Delfim começaram uma encarniçada luta pelo poder: enquanto o duque de Anjou se apropriava do tesouro real, os restantes tios procuravam apoderar-se da maior quantidade de território possível. Assim, apesar de Carlos VI ter sido coroado ainda muito novo na tentativa de refrear o crescendo de conflitos internos, a situação continuaria a agravar-se. As turbulentas relações de poder entre Luís de Orleães, por um lado, e Isabel de Baviera e o seu filho, por outro, não ajudavam a acalmar a situação, e a morte de Filipe, O Atrevido, só veio agudizar a luta entre os príncipes. Contudo, estas disputas entre casas reais não apenas não impediram Christine de arranjar, com uma habilidade pouco comum, mecenas em praticamente todas as suas cortes, como ainda a motivaram e inspiraram para escrever obras que visassem a reconstrução moral do país, a começar por quem a devia reger, através da difusão do saber<sup>16</sup>.

A querela do *Romance da Rosa* surge precisamente no momento “en que algunos se dedicaban a inventar la costumbre francesa y otros a falsificar la ley sálica con el objetivo de legitimar la exclusión de las mujeres del trono real”<sup>17</sup>. Segundo Sarah Hanley, Christine de Pisan apercebeu-se das consequências a nível moral e político que a difamação das mulheres traria consigo e, por isso, teria iniciado o debate.

---

<sup>15</sup> Os dados para realizar esta breve resenha biográfica foram colhidos nos textos supracitados de Eliana Carrara, Marie-José Lemarchand e Maria-Milagros Rivera Garretas e, ainda, na tese doutoral de A. Sala Villaverde – *Cristine de Pizan, una innovadora en el mundo medieval*. España: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2015. Apenas indico em nota as informações que constam em apenas um daqueles textos ou que, dada a sua relevância, mereceram uma menção individual. As restantes podem ser encontradas em qualquer um dos autores indicados.

<sup>16</sup> Cf. SALA VILLAVARDE, Alicia, – *Cristina de Pizan, una innovadora en el mundo medieval*. España: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2015. Tese de Doutoramento.

<sup>17</sup> HANLEY, Sarah – “La ley sálica”. in FAURÉ, Christine (Dir.) – *Enciclopedia histórica y política de las mujeres. Europa y América*. Trad. Marisa Pérez Colina. Madrid: Akal, 2010, p. 25.

Posteriormente, no *Livre de la Cité des Dames*, a autora arrolou uma espécie de “censo de todas las mujeres que habían reinado a lo largo del tiempo y a lo ancho del mundo y demostraba, además, la legitimidad de esos reinados”<sup>18</sup>, a fim de neutralizar ou, pelo menos, paliar os resultados do pérfido trabalho de equipa levado a cabo por alguns “guardadores” da moral e da política. Com efeito, os primeiros encarregavam-se de difamar as mulheres para que aos segundos lhes fosse mais fácil conseguir a sua exclusão do governo, e foi este o mecanismo que Christine ousou desafiar publicamente.

As lutas pelo poder e os distúrbios políticos e sociais alcançariam o seu auge após a queda de Agincourt e a morte de Luís de Guyenne. As intrigas e traições aumentaram até ao cruento ataque dos Borguinhões aos Armagnacs em 1518, dando clara vantagem aos ingleses. Desde então e até 1429, houve fases de sucessos e de reveses em ambos os lados, tal como períodos de triunfos ingleses, até ao cerco a Orleães. A resistência e posterior libertação desta cidade foi o princípio do fim da ocupação inglesa. A 17 de julho de 1429, Carlos VII foi coroado em Reims<sup>19</sup> e, no último dia do mesmo mês, a nossa autora terminou, aos quase sessenta e cinco anos, a redacção do poema em louvor de Joana d’Arc<sup>20</sup>, sua última obra.

## O público

Como resultado de as coroas da Inglaterra (desde 1377) e de França (desde 1380) pousarem, nas palavras de João Gouveia Monteiro, na cabeça de dois reis adolescentes – e, portanto, sumamente influenciáveis –, ambos os reinos viveriam durante anos numa constante instabilidade interna, o que trouxe como consequência um prolongado período de tréguas na Guerra dos Cem Anos<sup>21</sup>. Desde então e até à derrota de Agincourt, contrariamente ao que se poderia pensar, o patrocínio das artes em França foi cada vez maior. Com efeito, não apesar de mas, antes pelo contrário, por causa das rivalidades políticas existentes, “[l]as cortes potenciaron el patronazgo de las artes ya que por un

<sup>18</sup> HANLEY, Sarah – “La ley sálica”, p. 26.

<sup>19</sup> Cf. AGOSTINHO, Paulo Jorge; MARTINS, Miguel Gomes; MONTEIRO, João Gouveia – *Guerra e Poder na Europa Medieval. Das cruzadas à guerra dos 100 anos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 343-345.

<sup>20</sup> Cf. SALA VILLAVERDE, Alicia – *Cristine de Pisan, una innovadora...*

<sup>21</sup> Cf. AGOSTINHO, Paulo Jorge *et al.* – *Guerra e Poder na Europa Medieval...*, p. 276.

lado servían de animación en la vida de la corte y, por otro, la influencia de la corte de cara al exterior se veía nutrida de prestigiosos personajes”<sup>22</sup>. Apesar de Christine ter aproveitado com grande habilidade esta conjuntura e de as suas obras terem sido amplamente apreciadas neste âmbito, a verdade é que a circulação dos seus livros, em particular do *Livre des trois vertus*, não se cingiu apenas às cortes francesas.

Vejam, pois, pela mão de Charity Cannon Willard<sup>23</sup>, como a tradição dos exemplares manuscritos da obra de Christine, e em particular a do *Livre des trois vertus*, serve para desvendar quem era o seu público leitor. Com base em dados obtidos por investigadores de várias áreas ligadas ao estudo de livros manuscritos, a autora avança com algumas propostas acerca de quem possuía e, portanto, presumivelmente lia os livros de Christine. Willard separa os manuscritos em vários grupos, em função dos diferentes momentos de popularidade da autora francesa. O primeiro grupo é o dos manuscritos produzidos em Paris ainda em vida da escritora: são edições de luxo, em pergaminho e ricamente decorados, cujos destinatários seriam os bibliófilos da corte; o segundo compreende os manuscritos copiados na corte de Borgonha em meados do século XV; e o terceiro abrange os pertencentes à corte francesa do último quartel do mesmo século. Embora Willard não o diga explicitamente, depreende-se da sua análise que estes teriam características similares aos do primeiro grupo. O mesmo não aconteceria com um quarto grupo para o qual a autora chama a nossa atenção e que, embora não sendo por ela datado, parece ser posterior aos mencionados anteriormente (ou parcialmente coincidente com o último): o dos manuscritos em papel. De escasso valor artístico e de duvidosa, se não nula, utilidade para estabelecer o texto-base de uma edição, a característica mais chamativa deste grupo é a numerosa quantidade de testemunhos que ainda se conservam, facto que revela o interesse que a obra de Christine, e em particular a sua prosa, suscitava na classe média da época.

Contudo, no que diz respeito ao *Livre des trois vertus*, Willard aponta que “[i]t is surprising to discover (...) that the manuscript tradition for this particular text does not

---

<sup>22</sup> SALA VILLAVARDE, Alicia – *Cristine de Pisan, una innovadora*, p. 32.

<sup>23</sup> WILLARD, Charity Cannon – “The Manuscript Tradition of the *Livre Des Trois Vertus* and Christine de Pisan's Audience”. *Journal of the History of Ideas* 27, 3 (1966), pp. 433-444.

quite conform to the general pattern”<sup>24</sup>. Segundo a autora, apesar de ser possível identificar dezoito manuscritos que contêm este texto, só um deles pertence ao primeiro grupo acima referido (datado de c. 1405). Existem ainda dois ou três que, pelas suas iluminuras, podem ser considerados como inspirados nas primeiras cópias, mas de qualidade inferior (datados do segundo quartel do século XV). O aspecto destes manuscritos – que, curiosamente, parecem ter sido produzidos em locais vinculados às irmãs de Margarida de Borgonha – sugere que pertenceram a leitores da classe média em ascensão. Das várias cópias realizadas no terceiro quartel do século XV (e, portanto, parte do terceiro grupo), interessa aqui destacar duas em particular: uma que parece ter pertencido ao *maître d’hôtel* de Isabel de Borgonha, e um códice de Viena – cidade onde D. Leonor, sobrinha da duquesa de Borgonha e mulher de Frederico III, morava desde 1452. Também a este período pertencem dois manuscritos vinculados à corte francesa, uma vez que surgem listados num inventário de cerca de 1500 da biblioteca dos Bourbons em Moulins. Existe ainda um manuscrito de origem incerta, com armas bretãs no seu primeiro fólio, e nove manuscritos em papel<sup>25</sup>. Tanto estes como as

<sup>24</sup> WILLARD, Charity Cannon – “The Manuscript”, p. 436.

<sup>25</sup> Treze anos depois de ter escrito este artigo, aquando da redacção da introdução e das notas da edição crítica do *Livre des trois vertus*, publicada em 1989 com Eric Hicks, Willard refere a existência de vinte e um manuscritos. Manteve, no entanto, o número dos pertencentes ao primeiro grupo (apenas um) e o dos que tiveram como suporte o papel (nove). Cito de acordo com LACARRA LANZ, Eukene – “Las enseñanzas de *Le livre des trois vertus à l’enseignement des dames* de Christine de Pizan y sus primeras lectoras”. *Cultura Neolatina* LXI (2001), p. 27. Contudo, as conclusões a que chega esta autora discrepam em grande medida das de Willard, ao afirmar que os manuscritos acima referidos seriam “manuscritos lujosos, la mayor parte de cuyos propietarios o propietarias pertenecían a la realeza y a la más alta nobleza”. A autora fundamenta esta afirmação no trabalho de Sandra L. Hindman (*Christine de Pizan’s “Epistre Othéa”*. *Painting and Politics at the Court of Charles VI*, de 1986) e, ainda, no de June MacCash (“The cultural patronage of medieval women”, de 1996). Tendo sido possível verificar apenas a informação constante no segundo deles, foi constatado que June MacCash cita Willard e os dezoito manuscritos listados no seu artigo de 1966, sem nunca chegar à conclusão de Lacarra. Por sua vez, Tobias Brandenberger, no artigo “Una traducción”, e com base nos mesmos trabalhos de Willard (o de 1966 e o de 1989) citados por Lacarra, refere uma vintena de manuscritos e afirma “[f]altan copias de lujo (que sí que existen en el caso de otras obras de Christine que gozaron de gran aprecio en las familias de la alta aristocracia), pero existen varios manuscritos de papel cuyas características obligan a pensar en lectores (o lectoras) de clase media” (pp. 83-84). A uma conclusão similar chega Rosalind Brown-Grant, que sustenta que “the *Trois Vertus* seems to have appealed more to a middle-class audience at the end of the fifteenth century than to Christine’s immediate patrons, the royal families of Orléans, Burgundy and Berry, since no luxurious presentation copy of the text survives, whereas there is an unusually high number of paper manuscripts which were presumably owned by a less wealthy readership” (*Christine de Pizan and the moral defence of women. Reading beyond gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 176). Feitas as contas, se dos dezoito manuscritos referidos em 1966 nove estavam escritos em papel, um pertencia ao primeiro grupo, dois ou três ao segundo, e cinco ou seis ao terceiro. O aparecimento de mais três manuscritos que não se inserem nem no primeiro, nem no quarto grupo não consegue desequilibrar a balança por forma a contradizer as primeiras conclusões de Willard: que dos vinte e um manuscritos chegados até nós mais de 40% tenham como suporte o papel – apesar da fragilidade desse suporte quando comparado com o pergaminho e da incúria de que foram alvo as

edições impressas da primeira metade do século XVI (três francesas e a portuguesa de 1518) dão conta não apenas da popularidade da obra, mas também da sua difusão fora dos círculos aristocráticos, indo ao encontro do proposto por Cedric Pickford que, em 1963, falava num alargamento – no decorrer do século XV – do público leitor (embora para o género de ficção) aos sectores burgueses e a outros habitantes da cidade que tivessem recebido educação – mulheres incluídas<sup>26</sup>. Esta particular tradição textual do *Livre des trois vertus*, que pode resultar chamativa se observada fora de contexto, é, no entanto, absolutamente coerente quando analisada tendo presentes tanto o conteúdo como a princesa para quem foi redigida a obra. Com efeito, tendo sido dedicada a Margarida de Borgonha, é natural que tenha suscitado particular interesse primeiro no seio da corte borguinhona e, mais tarde, na corte francesa. Para mais, devido ao facto de ser um livro que visa educar princesas, sim, mas cujos ensinamentos pretendem ainda alcançar todas as mulheres e a todas as mulheres inclui (embora em diversa medida) ao longo das três partes que o compõem, é natural que tenha despertado também o interesse dos leitores fora do âmbito cortesão. Igualmente coerente é o facto de a tradição manuscrita da restante obra de Christine não ter realizado o mesmo percurso: os géneros e as temáticas abordadas não foram sempre as mesmas e o seu conteúdo nunca esteve destinado a um público tão alargado quanto o deste texto em particular.

## II. O texto (traduzido) em contexto

### **As mulheres de Avis, a tradução (traduções?) do *Livre des trois vertus* e o seu público**

Como indicado anteriormente, o *Livro das Tres Vertudes* é um livro destinado a ensinar princesas, mas não só. Nele, Christine de Pisan, guiada por Razão, Direitura e Justiça, irá “explicar a las mujeres de todas las condiciones el comportamiento que han de seguir en el diario vivir”<sup>27</sup>, por forma a poderem habitar mais tarde na Cidade das Damas. É,

---

bibliotecas que não pertenceram às famílias aristocráticas – continua a ser uma evidência inegável da circulação deste texto em ambiente não cortesão. Assim sendo, serão referidos apenas os dezoito manuscritos indicados no artigo de Willard de 1966, mantendo a leitura que ela faz do significado da distribuição dos manuscritos pelos diversos grupos.

<sup>26</sup> Cf. PICKFORD, Cedric E. – “Fiction and the reading public in the fifteenth Century”. *Bulletin of the John Rylands Library* XVI (1963), p. 435.

<sup>27</sup> HOMET, Raquel – “Espacios femeninos...”, p. 2.

nas palavras de Ivone Leal, “um livro pedagógico sobre comportamentos sociais em que se podem distinguir dois níveis inseparáveis: os bons costumes e as boas maneiras”<sup>28</sup>, destinado às mulheres de todas as condições sociais e, conseqüentemente, das mais diversas regiões geográficas. Segundo a mesma autora, um dos motivos que confere particular importância a esta obra no âmbito da história da cultura portuguesa é o facto de se desconhecerem (o que não quer dizer que não tenham existido) obras didácticas escritas por ou destinadas às mulheres anteriores ao *Livro das Tres Vertudes*, o que o transforma no primeiro livro de educação deste tipo posto à disposição do público feminino português<sup>29</sup>. Por outro lado, facto de ter sido, sucessivamente, traduzido e impresso por ordem real, bem como a notícia – que surge num inventário da casa de Saboia feito em 1538<sup>30</sup> – da existência de uma versão em castelhano da propriedade de D. Beatriz de Portugal, e os sinais que da sua leitura aparecem na obra de Luisa Sigas<sup>31</sup>, dão conta não apenas da sua permanência na corte portuguesa ao longo dos anos, mas ainda da sua efectiva utilização.

Tentemos desvendar, então, em que consistia a educação das meninas portuguesas dos séculos XV e XVI.

### **A educação das mulheres da dinastia de Avis**

Segundo a historiadora Manuela Mendonça, é “ao longo do século XV (...) que descortinamos na corte portuguesa a preocupação de criar e viver um ambiente cultural que vem já carregado dos valores das novas correntes humanistas”<sup>32</sup>. Da cultura dos príncipes de Avis dão prova obras como *O Leal Conselheiro*, a *Virtuosa Bemfeitoria*, as obras redigidas pelo condestável D. Pedro ou a importante biblioteca compilada por Afonso V, e do seu interesse em que os filhos fossem, também eles, cultos, a dá o cuidado com que estes foram educados, tendo convocado para o efeito mestres tanto portugueses como estrangeiros. Mas, provavelmente, a maior inovação que a Casa de Avis fez em matéria de educação foi permitir que tanto homens como mulheres (príncipes e nobres) tivessem acesso a formação, o que trouxe como consequência que todas as princesas de Avis deste século fossem tão cultas e instruídas quanto os seus

<sup>28</sup> LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano...*, p. 7.

<sup>29</sup> LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano...*, p. 18.

<sup>30</sup> Cf. LACARRA LANZ, Eukene – “Las enseñanzas...”, p. 28.

<sup>31</sup> LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano...*, pp. 18-19.

<sup>32</sup> MENDONÇA, Manuela – “O *Espelho de Cristina* (séc. XV)”. in *História Revista* 18, 1 (2013), p. 54.

pares masculinos. Este fenómeno, ou outros similares, verificaram-se também noutras cortes europeias, designadamente a da vizinha Castela ou a da Borgonha.

É nesta altura, em Paris mas dirigido a uma princesa borguinhona, surge o *Livre des Trois Vertus*, obra que se difunde tanto naquela corte como nas que mantinham mais contacto com ela, pelo que não é de descartar que tenha chegado a Portugal ainda nessa época. Em todo o caso, quer tenha chegado na altura em que Christine o escreveu, quer mais tarde, em 1428, com D. Pedro ou, ainda depois, através de D. Isabel aquando do seu casamento com o duque de Borgonha em 1430, é um facto que o *Espelho de Cristina* o *Espelho de Cristina* não foi apenas lido pelas princesas da casa de Avis mas, ainda, os seus ensinamentos foram levados à prática durante gerações, a começar pela própria Duquesa Isabel. Com efeito, e apesar de não se ter a certeza de se teve ou não o livro de Christine como manual de formação, a duquesa Isabel actuou sempre segundo os seus preceitos, quer ao exercer as suas funções como duquesa, no âmbito do seu casamento e das relações com a família do seu marido, quer ainda na gestão da relação com a sua família de origem<sup>33</sup>. Quanto às suas sobrinhas, parece ser possível afirmar com mais segurança que foram efectivamente educadas sob a orientação do *Livre des Trois Vertus*, uma vez que

nas respectivas actuações encontramos marcas destas orientações, não apenas na formação moral e religiosa, mas também no próprio culto do saber, na organização das casas, enfim, nas actuações protocolares e políticas. E, mais que tudo isso, no exercício do modelo de Mulheres íntegras, mas de conduta pautada pelo assumir de uma dignidade própria, forjada numa correcta atitude moral e sedimentada num notável desenvolvimento cultural e intelectual<sup>34</sup>.

Todavia, ter recebido a instrução acima referida “não significa que da formação de infantas, princesas e ‘nobles dueñas’ estivessem ausentes aqueles que eram, por tradição e ‘natureza’, os saberes próprios da mulher honesta e virtuosa, ainda que fosse filha de reis e de rainhas<sup>35</sup>”, ou seja, elas deveriam ainda saber tecer, bordar, organizar a casa,

<sup>33</sup> Cf. MENDONÇA, Manuela – “O *Espelho de Cristina* (séc. XV)”, pp. 54-57; LACARRA LANZ, Eukene – “Las enseñanzas...”, pp. 33-34; CRISPIM, Maria de Lourdes – “Introdução”, p. 30, entre outros.

<sup>34</sup> MENDONÇA, Manuela – “O *Espelho de Cristina* (séc. XV)”, p. 62.

<sup>35</sup> BUESCU, Ana Isabel – “Educar o Príncipe no Século XVI”. in BUESCU, Ana Isabel – *Na corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. 2ª Ed. Lisboa: Edições Colibri, 2011, p. 39.

cuidar dos filhos e, obviamente, cultivar a sua devoção cristã diariamente, através da prática e das leituras das obras a isso destinadas<sup>36</sup>.

### A tradução (traduções?)

No livro *Christine de Pizan. Her Life and Works*, Willard identifica quatro períodos de popularidade da obra de Christine: o primeiro ainda em vida da autora; o segundo em meados do século XV na corte dos duques de Borgonha; o terceiro em Paris entre a segunda metade do século XV e a primeira do século XVI, e o quarto desde 1883, quando os seus escritos foram novamente descobertos<sup>37</sup>. Destes quatro períodos, interessam-nos particularmente o segundo e o terceiro. Porquê? Sabemos que *Le livre des Trois Vertus* foi mandado traduzir para português algures entre 1428 (ano do retorno a Portugal, após longa viagem, de D. Pedro, duque de Coimbra) e 1455 (ano do falecimento da rainha D. Isabel de Coimbra, sua filha)<sup>38</sup>. Isto é, justamente em meados do século XV. A ligação entre Portugal e a corte dos duques de Borgonha era, na altura, muito estreita, pois D. Isabel de Borgonha, casada com o duque Filipe, o Bom, em 1430, manteve sempre um vínculo muito forte com a família que deixara na Península, sobretudo depois dos trágicos acontecimentos que tiveram lugar em Alfarrobeira em 1449<sup>39</sup>. Se a isto juntarmos o que já foi analisado acerca da história dos manuscritos que ainda se conservam, aparece como uma possibilidade muito forte que tenha sido a duquesa Isabel de Borgonha a enviar nessa altura à sua sobrinha o livro de Christine, cujos ensinamentos seriam, sem dúvida, de muita ajuda na hora difícil que a rainha Dona Isabel estava a atravessar. Isto não resolve, contudo, a questão de onde e por ordem de quem teria sido feita a tradução a tradução. Com efeito, existem várias respostas possíveis para esta pergunta, das quais irei referir apenas as mais plausíveis. Uma delas é que a tradução poderia ter sido encomendada pela duquesa, ou para a oferecer à sobrinha, ou na altura da sua chegada à corte de Borgonha para uso pessoal,

<sup>36</sup> BUESCU, Ana Isabel – “Educar o Príncipe...”, pp. 37-41.

<sup>37</sup> Cf. WILLARD, Charity Cannon – *Christine de Pizan. Her Life and Works*, New York: Persea Books, 1984, pp. 212-222.

<sup>38</sup> Cf. CRISPIM, Maria de Lourdes – “Introdução”, pp. 32-34., pp. 32-34.

<sup>39</sup> São múltiplas as fontes onde se pode verificar esta informação. Em particular, e dado o teor do presente trabalho, faço menção aos artigos de WILLARD, Charity Cannon – “A Portuguese Translation of Christine de Pisan's *Livre des Trois Vertus*”. *PMLA* 78, 5 (1963), pp. 459-464; MENDONÇA, Manuela – “O *Espelho de Cristina*”; e, ainda, CORREIA, Licínia Maria da Trindade – *A Insinuação das Damas. Formas de Poder Feminino no século XV (o caso de Isabel de Lencastre)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. Dissertação de Mestrado, entre outros.

ou ainda em Portugal e antes de partir para a Borgonha, se se verificasse que uma cópia em francês lhe tivesse sido oferecida pelo seu irmão D. Pedro<sup>40</sup>. Outra possibilidade é que a tradução tenha sido encomendada pela rainha D. Isabel, tal como vem indicado no *incipit* do manuscrito<sup>41</sup> conservado na Biblioteca Nacional de Espanha<sup>42</sup>. Contudo, a existência desta indicação não pode ser tomada como decisiva nesta questão, pois o texto desse manuscrito pode ter tido como fonte uma outra cópia da tradução onde tal indicação não constasse. Uma vez que a duquesa e a rainha partilhavam o nome, não seria descabido supor que um copista, na altura de realizar uma cópia da tradução, poderia ter-se sentido com a liberdade de alterar o *incipit* do texto que estava a copiar<sup>43</sup>. Tendo em consideração todas estas possibilidades, podemos propor como um intervalo temporal credível para a realização desta primeira tradução o período entre 1428 (ano em que D. Pedro retorna a Portugal) e 1455 (ano da morte da rainha D. Isabel).

Sabemos ainda que, por ordem da rainha Dona Leonor (outra princesa de Avis que viveu segundo o prescrito no livro de Christine), foi impresso em 1518 *O Espelho de Cristina*, livro que, segundo alguns autores, transmite a mesma tradução portuguesa que o manuscrito, salvo algumas alterações que teriam origem quer na modernização da língua, quer na correcção de um erro de localização textual (deslocação, no manuscrito, de um trecho do capítulo X da terceira parte para o capítulo XI da mesma parte<sup>44</sup>). Todos estes autores fazem referência, no entanto, ao notório facto de que, a partir do capítulo X da segunda parte, os textos se apartam significativamente, tornando-se independentes, e procuram explicar este afastamento de diversas maneiras: Crispim propõe como possibilidade que, detectado o erro de deslocação na terceira parte, a pessoa encarregada de corrigir a tradução a foi revendo até que, a dada altura, por

<sup>40</sup> Segundo alguns autores, Isabel de Borgonha naquela altura ainda não dominava muito bem o francês, o que justificaria a necessidade de realizar a tradução antes do seu casamento ou nos seus primeiros tempos na corte borguinhona. Cf. CRISPIM, Maria de Lourdes – “Introdução”, p. 33.

<sup>41</sup> “[...] o qual liuro foy tornado de ffranças em esta nossa linguaJem portugues per mandado da muyto exçillente e conprida de muytas vertudes Senhora a Rainha dona Jsabel molher do muyto alto e muyto exçilente príncepe e Senhor El Rey dom afonso o quynto de portugal e do algarue e Senhor de çepta”. PISAN, Christine de – *Livro das tres vertudes...*, Ms. 11515, f. 1r.

<sup>42</sup> Segundo os dados paleográficos, o manuscrito é posterior a 1440 e, muito provavelmente, posterior a 1450, o que vai ao encontro do que se pode inferir do *incipit* do códice. Com efeito, sabemos que Isabel de Coimbra foi rainha consorte de 1447 a 1455 e que a fórmula da intitulação de D. Afonso V entre 1446 e 1458 era “Dom Afonso pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves e senhor de Ceuta”, balizas temporais que coincidem com as obtidas dos dados exclusivamente paleográficos.

<sup>43</sup> Cf. CRISPIM, Maria de Lourdes – “Introdução”, p. 34.

<sup>44</sup> Cf. CRISPIM, Maria de Lourdes – “Introdução”, p. 30.

cansaço, por pressa ou por outra razão que desconhecemos, decidiu realizar uma nova tradução a partir do capítulo X da segunda parte<sup>45</sup>. Já Ivone Leal faz eco do que afirma Dorothee Carstens-Grokenberger no estudo com que inicia o seu livro *Christine de Pisan, Buch von den Drei Tugenden in portugiesischer Übersetzung* (1961) e propõe que o encurtamento desta parte final do impresso possa dever-se ao facto de o editor ter julgado o livro demasiado extenso<sup>46</sup>. Contudo, e a pesar da evidente discrepância que existe entre as versões portuguesas, nenhum destes autores fala numa nova tradução como texto-base para a edição impressa de 1518. Porém, Sara Sousa começa assim o seu artigo “Christine de Pizan em Português”:

Conhecem-se, hoje, duas traduções portuguesas do *Livre des Trois Vertus* (...). A primeira, intitulada *O Livro das Tres Vertudes*, encontra-se no manuscrito 11 515 da Biblioteca Nacional de Madrid (...). Da outra, impressa em 1518, e que dá pelo nome *O Espelho de Cristina*, estão recenseados três testemunhos<sup>47</sup>(...)<sup>48</sup>.

Estaremos realmente perante duas traduções diferentes? Se sim, o que é que teria motivado a realização desta segunda tradução? Estas são as questões a discutir na próxima secção.

## O público

Dado que a questão colocada no início do presente trabalho era o que é que teria Christine de Pisan a dizer às mulheres portuguesas que lessem o *Espelho de Cristina*, interessa perceber quais eram as características deste público. Neste sentido, Ivone Leal chama a atenção para a boa recepção que as princesas portuguesas deram ao tratado, tomando-a como

uma manifestação clara das afinidades de sentimento e costumes da corte portuguesa com as cortes francesa e borgonhesa, entre outras. E esta proximidade

---

<sup>45</sup> Cf. CRISPIM, Maria de Lourdes – “Introdução”, p. 35.

<sup>46</sup> Cf. LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano...*, pp. 16-17.

<sup>47</sup> Neste contexto, o termo a utilizar seria exemplar e não testemunho (não são termos equivalentes).

<sup>48</sup> SOUSA, Sara Rodrigues de – “Christine de Pizan em português”. in LOPEZ CASTRO, Armando; CUESTA TORRE, María Luzdivina (Eds.) – *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Universidad de León, 20al 24 de septiembre de 2005)*. Vol. II. León: Servicio de Imprenta de la Universidad de León, 2007, p. 967.

cultural, mais do que um palpite ou uma hipótese, é um facto relativamente fácil de explicar e até de comprovar<sup>49</sup>.

A autora evoca as cartas que Lopo d'Almeida enviou a D. Afonso V quando chefiou a embaixada que acompanhou a princesa D. Leonor ao encontro do seu marido, o imperador Frederico III. Nelas assinala o contraste entre os costumes requintados da corte portuguesa, idênticos aos das cortes francesa e inglesa, e a rudeza dos usos alemães<sup>50</sup>. Não ignorando que passaram mais de cem anos desde a redação do original francês até à publicação do impresso de 1518, a autora afirma que a vigência do texto deixa “transparecer um certo ‘atraso’ que nos distancia do movimento cultural que ocorre no centro da Europa, e uma certa ‘demora’ arcaizante no que toca tanto a modelos sociais e culturais, como a económicos”<sup>51</sup>. Parece-me oportuno lembrar aqui que Christine de Pisan dividiu a obra em três partes: a primeira delas dirigia-se às princesas e grandes senhoras; a segunda, às mulheres das distintas hierarquias nobiliárias (desde as damas da corte até às senhoras de senhorios rurais mais pequenos); e a terceira ocupava-se das diversas categorias de mulheres das cidades e aldeias, as mulheres do povo. Deste modo, e tal como referido anteriormente, Christine pretendia chegar com os seus ensinamentos a todas as mulheres para que todas pudessem entrar, se os seguissem, na Cidade das Damas. No entanto, quando Leal refere o público que esta obra alcançou em Portugal, considera apenas as destinatárias das duas primeiras partes do livro.

No artigo “Una traducción bajomedieval y su público: notas acerca del *Espelho de Cristina* (Lisboa, 1518)”, Tobias Branderberger afirma que houve uma primeira tradução para português, intitulada *Livro das tres vertudes*, fruto de um intercâmbio entre as cortes de Borgonha e Portugal, cujo texto se cinge com bastante fidelidade ao que teria sido o seu antecedente francês<sup>52</sup>. O texto desta primeira tradução teria servido de base para uma segunda tradução, a do *Espelho de Cristina*, impressa em Lisboa em 1518. No entanto, e ao contrário do da primeira, o texto desta segunda tradução afasta-

---

<sup>49</sup> LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano...*, p. 19.

<sup>50</sup> Cf. LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano...*, p. 26, nota 16.

<sup>51</sup> LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano...*, p. 19.

<sup>52</sup> Branderberger refere-se (em ambos os artigos aqui citados) a este manuscrito, hoje perdido, como “o original francês”. Sendo o conceito de original complexo e discutível, usarei o termo antecedente.

se de forma chamativa do contido no antecedente francês da primeira tradução<sup>53</sup>. Por sua vez, no artigo “Christine de Pizan em Portugal: as traduções do *Livre des Trois Vertus*”, o mesmo autor faz notar que, nesta obra,

nem todos os sectores do ‘corpo social’ recebem a mesma atenção: a estrutura do tratado reflecte o peso das três camadas sociais que correspondem às três partes do livro. A primeira parte é a mais detalhada, a segunda não chega nem à metade da extensão da primeira, enquanto a terceira é ainda mais breve<sup>54</sup>.

Não nos vamos deter no significado que este facto pode vir a ter, mas sim no facto em si, e como este se altera (ou não) na altura da realização da segunda tradução. Com efeito, embora a desproporção entre as três partes do livro sempre tenha existido<sup>55</sup>, ela não só fica mais acentuada no *Espelho de Cristina* como, ainda, as alterações que levam a reforçar este fenómeno não se produzem de forma aleatória: a tradução começa a transformar-se numa espécie de resumo do antecedente apenas a partir do capítulo X da segunda parte, isto é, a partir do momento em que o texto começa a ser redigido para as mulheres de classe média e baixa. O último capítulo traduzido sem omissões, o nono da segunda parte, é o dirigido às baronesas – o primeiro que se ocupa das mulheres que vivem fora da corte<sup>56</sup>. Esta alteração nas proporções não é, de todo, inocente: com ela, *O Espelho de Cristina* fica mais próximo de um espelho de princesas do que o texto em que ele próprio se baseia.

Brandenberger afirma, em “Una traducción...”, que existe uma interdependência entre a tradução que de um texto se faz e o público para ela desejado: o público previsto influi na tradução e na sua técnica<sup>57</sup>. Com base nesta (muito lógica) apreciação, podemos concluir que o público que visava atingir quem realizou a segunda tradução se afastava

---

<sup>53</sup> BRANDENBERGER, Tobias – “Una traducción...”, pp. 77-78.

<sup>54</sup> BRANDENBERGER, Tobias – “Christine de Pizan em Portugal: as traduções do *Livre des Trois Vertus*”. in EARLE, Tom F. (Ed.) – *Actas do Quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Universidade de Oxford: 1 a 8 de Setembro de 1996*. Vol. I. Oxford / Coimbra: Associação Internacional de Lusitanistas, 1998, p. 426.

<sup>55</sup> Este fenómeno não obedece apenas à importância dada às diversas camadas sociais ou ao conhecimento mais ou menos aprofundado que Christine teria de cada uma de elas, mas, ainda, ao facto de a autora tratar logo na primeira parte de questões que diziam respeito a todas as mulheres e às quais, feita a aclaração pertinente, não voltará nas seguintes secções do livro.

<sup>56</sup> Cf. BRANDENBERGER, Tobias – “Christine de Pizan em Portugal...”, pp. 430-431.

<sup>57</sup> Cf. BRANDENBERGER, Tobias – “Una traducción...”, pp. 78-80.

daquele previsto originariamente por Christine, reduzindo-o às mulheres da corte<sup>58</sup>. Assim, ao invés do que faria supor a realização de uma edição impressa de um livro destas características, a intenção desta segunda tradução não teria sido produzir uma “edição popular”, mas sim uma versão do livro de Christine mais próxima dos outros livros didáticos da época. Mas, porque é que teria sentido fazer uma coisa dessas na corte da rainha Dona Leonor, uma mulher que a olhos vistos se interessava também pelos mais desfavorecidos? Provavelmente, a resposta a esta pergunta estará noutra factor fulcral apontado por Brandenberger: o contexto em que se insere um texto e, em particular, a sua relação com outros textos<sup>59</sup>. Com efeito, de cada vez que se faz alusão ao contexto de aparecimento do *Livre des Trois Vertus* e da mensagem que pretendia transmitir a todas as mulheres, o *Livre da Cité des Dames* tem de ser mencionado inevitavelmente. De facto, foi referido anteriormente que, embora pudessem ser lidos separadamente, ambos os livros estavam intimamente relacionados, transmitindo a ideia subjacente de que um seria a “teoria” e o outro a “prática”. Contudo, nunca mencionamos a tradução portuguesa do *Livre da Cité des Dames* porque, se a houve na altura, hoje é-nos desconhecida. Ao traduzir apenas o *Livre des Trois Vertus*, o público feminino português tinha acesso a um livro que era a “parte prática” de uma “teoria” (neste caso, uma construção teórica) que desconheciam. Sem o pano de fundo teórico-disputativo que o *Livre da Cité des Dames* e todo o contexto prévio da querela do *Romance da Rosa* conferia ao *Livre des Trois Vertus*, o *Livro das tres vertudes* e *O Espelho de Cristina* transformam-se em livros meramente didáticos, uma vez que

[o] facto de o *Livre des trois vertus* ter sido traduzido (e, logo, recebido em Portugal), sem a obra que o precedeu e que serve, efectivamente, como pré-texto, tem consequências relevantes. São vários os aspectos particulares do *Livre des trois vertus* que têm a sua explicação na *Cité*; [e que] pela transferência isolada ficam sem legitimação<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> Isto evidencia-se ainda noutros pormenores da tradução que, pelas características deste trabalho, não foram aqui abordados. Veja-se BRANDENBERGER, Tobias – “Christine de Pizan em Portugal...”, pp. 431-432.

<sup>59</sup> Cf. BRANDENBERGER, Tobias – “Christine de Pizan em Portugal...”, p. 427.

<sup>60</sup> BRANDENBERGER, Tobias – “Christine de Pizan em Portugal...”, p. 428.

Uma vez aceite que a descontextualização da tradução transforma *O Espelho de Cristina* numa obra puramente didáctica, não resulta difícil compreender, nem tão pouco aceitar, os recortes feitos pelo segundo tradutor. O objectivo da obra e o seu público-alvo mudam – embora apenas parcialmente<sup>61</sup> –, porque o contexto – neste caso a ausência do pré-texto e do contexto do debate – também se altera.

### Conclusões

O caminho percorrido permite perceber até que ponto existe uma íntima ligação não apenas entre e o contexto social, histórico e político na génese e transmissão de uma obra como, ainda, entre esses mesmos elementos e a realização de uma tradução. Com efeito, embora a vida nas cortes francesa do século XV e portuguesa do século XVI tenha sido similar (e o tipo de intrigas e conflitos entre as famílias da alta nobreza também), o texto traduzido oferecido ao público português em inícios do século XVI difere, e bastante, dos textos contidos quer nos manuscritos franceses, quer nas primeiras edições francesas e, ainda, da primeira tradução portuguesa. Isto, se a vida em ambas as cortes era similar, parece não fazer sentido. Contudo, o século decorrido e o facto de se tratar de uma tradução não são meros pormenores: ao perderem-se outros elementos que davam contexto ao *Livre des Trois Vertus*, tais como o *Livre da Cité des Dames* e toda a produção relacionada com a querela do *Romance da Rosa*, perderam-se referentes importantes que tornam claro que o *Livre des Trois Vertus* não era, nem pretendia ser, um espelho de princesas, ou pelo menos não só. Logo, é admissível propor que a descontextualização da tradução faça com que, com mais facilidade, ora se incorra no erro de acreditar o *Livre des Trois Vertus* era de facto um espelho, ora se sucumba à tentação de o transformar em tal (pelo motivo que for), sobretudo quanto mais se afasta temporalmente a tradução do momento de produção da obra que se está a traduzir.

---

<sup>61</sup> No seu artigo “Una traducción...”, Brandenberger aborda ainda a questão do sexo/género do receptor na hora tanto de redigir uma obra, como de realizar a sua tradução. Dadas as características do presente trabalho, apenas referirei que, no que diz respeito a esta questão, a tradução respeita o que o autor denomina configuração do *gender* da obra, pois mantém a escrita anti-misógina e amplia o enfoque didáctico aos homens na segunda e terceira parte, tal como Christine fez (veja-se pp. 84-91).

## Referências bibliográficas

### Fontes

#### Fontes manuscritas

PISAN, Christine de – *Livro das tres vertudes a inssinança das damas*. Madrid, Biblioteca Nacional de España, Ms. mss/11515.

#### Estudos

AGOSTINHO, Paulo Jorge; MARTINS, Miguel Gomes; MONTEIRO, João Gouveia – *Guerra e Poder na Europa Medieval. Das cruzadas à guerra dos 100 anos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

BRANDENBERGER, Tobias – “Christine de Pizan em Portugal: as traduções do *Livre des Trois Vertus*”. in EARLE, Tom F. (Ed.) – *Actas do Quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Universidade de Oxford: 1 a 8 de Setembro de 1996*. Vol. I. Oxford / Coimbra: Associação Internacional de Lusitanistas, 1998, pp. 423-433.

– “Una traducción bajomedieval y su público: notas acerca del *Espelho de Cristina* (Lisboa, 1518)”. in MARTÍNEZ ROMERO, Tomàs; RECIO, Roxana (Eds.) – *Essays on Medieval Translation in the Iberian Peninsula*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2001, pp. 75-94.

BROWN-GRANT, Rosalind – *Christine de Pizan and the moral defence of women. Reading beyond gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BUESCU, Ana Isabel – “Educar o Príncipe no Século XVI”. in BUESCU, Ana Isabel – *Na corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. 2ª Ed. Lisboa: Edições Colibri, 2011, pp. 11-51.

CARRARA, Eliana – “Christine de Pizan. Biografia di una donna di lettere del XV secolo”. *Quaderni medievali* 29 (1990), pp. 65-81.

CRISPIM, MARIA DE LOURDES – “INTRODUÇÃO”. IN PIZAN, CHRISTINE DE – *O LIVRO DAS TRES VERTUDES A INSINANÇA DAS DAMAS*. CRISPIM, MARIA DE LOURDES (ED.). LISBOA: EDITORIAL CAMINHO, 2002, pp. 15-37.

CORREIA, Licínia Maria da Trindade – *A Insinança das Damas. Formas de Poder Feminino no século XV (o caso de Isabel de Lencastre)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. Dissertação de Mestrado.

HANLEY, Sarah – “La ley sálica”. in FAURÉ, Christine (Dir.) – *Enciclopedia histórica y política de las mujeres. Europa y América*. Trad. Marisa Pérez Colina. Madrid: Akal, 2010, pp. 21-38.

HOMET, Raquel – “Espacios femeninos en la pluma de Christine de Pizan. El Libro de las tres virtudes o Tesoro de la Ciudad de las Damas”. Comunicação apresentada no IV Congreso Internacional de Estudios Medievales - VI Encuentro de Estudios Medievales, San Juan, Argentina, 2015. Disponível em [https://www.academia.edu/28949169/ESPACIOS\\_FEMENINOS\\_EN\\_LA\\_PLUMA\\_DE\\_CHRISTINE\\_DE\\_PIZAN](https://www.academia.edu/28949169/ESPACIOS_FEMENINOS_EN_LA_PLUMA_DE_CHRISTINE_DE_PIZAN)

LACARRA LANZ, Eukene – “Las enseñanzas de *Le livre des trois vertus à l’enseignement des dames* de Christine de Pizan y sus primeras lectoras”. *Cultura Neolatina* LXI (2001), pp. 335-360.

LEAL, Ivone – *Cristina de Pisano e todo o universo de mulheres*. Coleção *Cadernos da condição feminina* 52. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, 1999.

LEMARCHAND, Marie-José – “Introducción”. in PISAN, Christine– *La Ciudad de las Damas*. LEMARCHAND, Marie-José (trad.). 2ª ed. Madrid: Ediciones Siruela, 2001, pp. 11-56.

LOIS, Élida – “La crítica genética: un marco teórico sobre la disciplina, objetivos y método”. *Creneida* [Em linha] 2 (2014), pp. 57-78 [Consultado a 10 de Julho de 2017]. Disponível em <http://www.creneida.com/revista/creneida-2-2014/la-cr%C3%ADtica-gen%C3%A9tica-un-marco-te%C3%B3rico-sobre-la-disciplina-objetivos-y-m%C3%A9todos-%C3%A9lida-lois/>

MENDONÇA, Manuela – “O *Espelho de Cristina* (séc. XV)”. *História Revista* 18, 1 (2013), pp. 53-68.

McCASH, June Hall – “The Cultural Patronage of Medieval Women: An Overview”. in McCASH, June (Ed.) – *The Cultural Patronage of Medieval Women*. Georgia: The University of Georgia Press, 1996, pp. 1-49.

PICKFORD, Cedric E. – “Fiction and the reading public in the fifteenth Century”. *Bulletin of the John Rylands Library* XVI (1963), pp. 423-438.

RIVERA GARRETAS, María-Milagros – “Christine de Pizan: La utopía de un espacio separado”. in RIVERA GARRETAS, María-Milagros – *Textos y espacios de mujeres (Europa, siglos IV-XV)*. Barcelona: Karia, 1999, pp. 179-207.

SALA VILLAVARDE, Alicia, – *Cristina de Pizan, una innovadora en el mundo medieval*. España: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2015. Tese de Doutoramento.

SOUSA, Sara Rodrigues de – “Christine de Pizan em português”. in LOPEZ CASTRO, Armando; CUESTA TORRE, María Luzdivina (Eds.) – *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Universidad de León, 20al 24 de septiembre de 2005)*. Vol. II. León: Servicio de Imprenta de la Universidad de León, 2007, pp. 967-977.

WILLARD, Charity Cannon – “A Portuguese Translation of Christine de Pisan's *Livre des Trois Vertus*”. *PMLA* 78, 5 (1963), pp. 459-464.

– “The Manuscript Tradition of the *Livre Des Trois Vertus* and Christine de Pizan's Audience”. *Journal of the History of Ideas* 27, 3 (1966), pp. 433-444.

– *Christine de Pizan. Her Life and Works*. New York: Persea Books, 1984.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

### Referência electrónica:

SONSINO, Ana Luísa – “Os leitores do *Espelho de Cristina*: um recorte das cortes”.

*Medievalista* 25 (Janeiro - Junho 2019). [Em linha] [Consultado dd.mm.aaaa].

Disponível em

<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA20/fernandes2009.html>

ISSN 1646-740X.

